



# RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

## 2022



S. R.

## CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

# Índice

---

<b>ÍNDICE</b> .....	<b>1</b>
<b>I. NOTA INTRODUTÓRIA</b> .....	<b>2</b>
<b>II. ENQUADRAMENTO LEGAL</b> .....	<b>3</b>
<b>III. ORÇAMENTO DE FUNCIONAMENTO</b> .....	<b>4</b>
1. DESPESA.....	4
1.1. <i>Dotação Inicial, Dotação Corrigida e Dotação Disponível</i> .....	4
1.2. <i>Análise da Despesa</i> .....	6
1.3. <i>Indicadores de Gestão Orçamental</i> .....	11
2. RECEITA.....	12
2.1. <i>Análise da Receita</i> .....	13
<b>IV. MEIOS HUMANOS</b> .....	<b>17</b>
<i>Formação profissional</i> .....	18
<b>V. CONCLUSÕES</b> .....	<b>19</b>
<b>VI. ANEXOS</b> .....	<b>20</b>



S. R.

## CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

### I. Nota introdutória

---

A rejeição da proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2022, apresentada em outubro de 2021, teve como consequência a prorrogação para o ano económico de 2022 da vigência do Orçamento do Estado para 2021 até à entrada em vigor da Lei do Orçamento do Estado para 2022, nos termos do disposto no artigo 58.º da Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, que aprova a Lei de Enquadramento Orçamental

O regime transitório de execução orçamental cessou a 27 de julho de 2022, com a entrada em vigor da Lei n.º 12/2022, de 27 de junho, que aprovou a Lei do Orçamento de Estado para 2022.

A dotação global aprovada para o orçamento de 2022 do Conselho Superior da Magistratura (CSM) foi de 156.730.528 €, correspondendo 156.412.983 € a receitas de impostos, 150.000 € a receita própria, 10.000 € a transferências da Administração Pública e 34.545 € a Fundos Comunitários, a que acrescem ainda 123.000 € no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

Comparando com o ano de 2021, a referida dotação representa um aumento de 1,2% (+1.926.391 €), em virtude essencialmente do incremento das dotações iniciais de receitas de impostos (+1.854.699 € em 2022), que representam cerca de 99% do total do orçamento do CSM.

Durante o ano de 2022 e face à insuficiência das verbas disponíveis apuradas após a aplicação das cativações legais em vigor, o CSM viu-se obrigado a solicitar a descativação de um montante total de 3.237.090 €, maioritariamente para reforço da rubrica 01.01.01.A0.00 – “*Titulares de órgãos de soberania*”.

O CSM terminou assim o ano de 2022 com uma taxa de execução de 99,29%, face ao seu orçamento disponível, correspondendo a despesa global assumida a 153.566.943,84 €.



S. R.

## CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

### II. Enquadramento legal

---

Nos termos do artigo 136.º da Lei n.º 21/85, de 30 de junho, na sua redação atual (EMJ), “o *Conselho Superior da Magistratura é o órgão superior de gestão e disciplina da magistratura judicial*”.

A Lei n.º 36/2007, de 14 de agosto, vigente desde o dia 1 de janeiro de 2008, veio aprovar o Regime de Organização e Funcionamento do Conselho Superior da Magistratura. Ao abrigo dos artigos 1.º e 2.º da referida Lei, o CSM “*é dotado de Autonomia Administrativa e Financeira, dispondo de orçamento próprio, inscrito nos encargos gerais do Estado, do Orçamento do Estado*”.

O CSM integra Órgãos Colegiais Deliberativos - Conselho Plenário, Conselho Permanente e Conselho Administrativo – e Órgãos de Direção – Presidente, Vice-Presidente e Juiz Secretário. O Conselho Permanente é composto pela secção de assuntos gerais, pela secção de assuntos inspetivos e disciplinares e pela secção de acompanhamento e ligação aos tribunais judiciais.

Por sua vez, a Secretaria do CSM, como plasmado no artigo 14.º da citada Lei, compreende:

- A Direção de Serviços de Quadros e Movimentos Judiciais (DSQMJ);
- A Direção de Serviços Administrativos e Financeiros (DSAF);
- A Divisão de Documentação e Informação Jurídica (DDIJ);
- O Gabinete de Comunicação, Relações Institucionais, Estudos e Planeamento (GCRIEP);
- O Gabinete de Apoio ao Vice-Presidente e aos Membros (GAVPM).

Em termos organizativos importa ainda considerar o Regulamento Interno do CSM, constante da Deliberação (extrato) n.º 1722/2016, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 216, de 10 de novembro de 2016.



### III. Orçamento de Funcionamento

#### 1. Despesa

##### 1.1. Dotação Inicial, Dotação Corrigida e Dotação Disponível

A dotação orçamental aprovada para o CSM no âmbito do Orçamento de Estado para 2022, que ascendeu a 156.730.528,00 €, foi ligeiramente superior à de 2021, verificando-se um aumento de 1,2%. Tal deveu-se, essencialmente, ao incremento das dotações iniciais de receitas de impostos, com mais 1.854.699,00 € (+1,2%) em 2022 comparativamente ao ano anterior.

Do montante global aprovado, com 89% afeto à magistratura judicial de 1.<sup>a</sup> Instância, 156.355.985,00 € correspondem à Fonte de Financiamento (FF) 311 – “*Receitas de impostos não afetadas a projetos co-financiados*”, encontrando-se o remanescente repartido pelas fontes de financiamento que se evidenciam na figura *infra*, onde se apresenta também a sua comparação relativamente ao exercício de 2021:

#### QUADRO I

##### Dotação Inicial em 2021 e 2022

Dotação inicial	2021	2022
311	154 529 515,00	156 355 985,00
357	28 769,00	56 998,00
482	85 853,00	34 545,00
483	0,00	123 000,00
513	150 000,00	150 000,00
541	10 000,00	10 000,00
<b>Total</b>	<b>154 804 137,00</b>	<b>156 730 528,00</b>

Para além do aumento das dotações iniciais de receitas de impostos, pode ainda referir-se o seguinte:

- O valor da previsão inicial das receitas próprias (FF 513) manteve-se em 2022 inalterado face a 2021 (150.000 €);
- As verbas relativas ao desenvolvimento de projetos com comparticipação comunitária diminuiram (FF 482 e FF 357), essencialmente por via das verbas afetadas ao projeto—



S. R.

## CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

JudiNet PT — JUST-AG-2020 / JUST-JCOO-AG-2020 - *‘Strengthening the national judicial network that supports the activities of EJN Civil in Portugal’*;

- As transferências provenientes do Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I.P. (IGFEJ) mantiveram-se em montante equivalente ao de 2021 (10.000 €).

A dotação corrigida no final de 2022 apresenta um valor global de 156.859.859,00 €, subsistindo no final do ano cativações no valor 2.189.674,00 €, o que explica a discrepância entre dotações corrigidas e as dotações disponíveis.

Relativamente aos cativos legais, importa referir que atenta a insuficiência das verbas disponíveis para fazer face a todos os compromissos e pagamentos exigíveis, o CSM foi obrigado a solicitar a utilização de verbas inicialmente cativas no seu orçamento, tendo sido autorizada a descativação de um total de 3.237.090,00 €, nos seguintes termos:

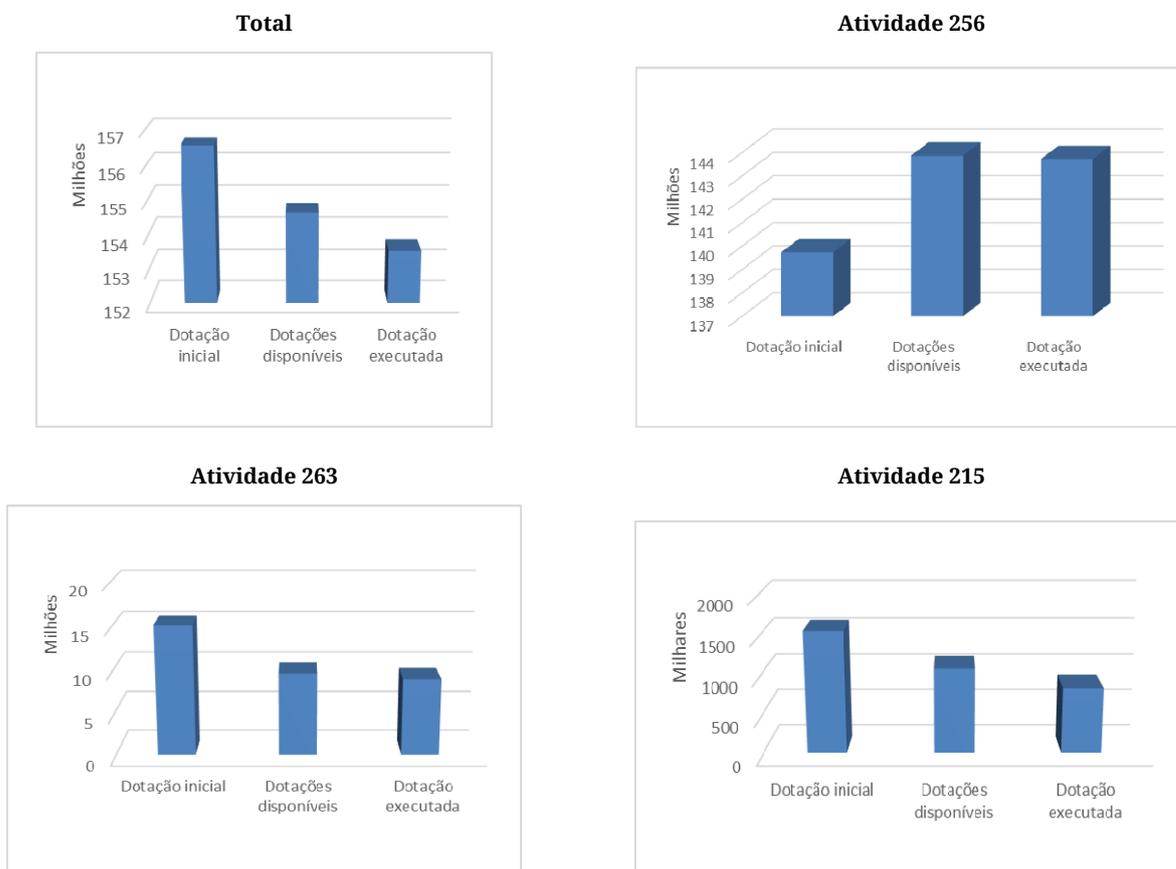
- 1.º Pedido: Valor autorizado 750.000 € - Descativação das verbas cativas no agrupamento 02 - *“Aquisição de bens e serviços”*, com data de autorização de 4 de agosto de 2022;
- 2.º Pedido: Valor autorizado 2.100.000 € - Descativação da reserva para reforço da rubrica *“01.01.01.A0.00 – Titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos”* (atividade 256). O CSM solicitou a descativação de 3.200.000 €, tendo sido autorizado o valor de 2.100.000 €, através de despacho proferido em 24 de novembro de 2022;
- 3.º Pedido: Valor autorizado 387.090€ - Descativação da reserva para reforço da rubrica *“01.01.01.A0.00 – Titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos”* (atividade 256), com data de autorização de 14 de dezembro de 2022.

A **Figura I** permite comparar a dotação inicial face à disponível, bem como visualizar a dotação executada em 2022, incluindo a sua desagregação por atividade.



**FIGURA I**

**Execução Orçamental 2022**



A leitura dos gráficos apresentados permite visualizar o reforço significativo das dotações disponíveis face às iniciais no âmbito da atividade 256 - magistratura judicial de 1.<sup>a</sup> instância, o que ocorreu por via dos pedidos de descativação efetuados por este Conselho. Permite igualmente observar que a execução orçamental nas diversas atividades se aproximou das dotações disponíveis, embora no total essa diferença seja ampliada devido à descativação autorizada.

## 1.2. Análise da Despesa

A taxa de execução da despesa, tendo por referência a dotação disponível, foi de 98,73%, ascendendo o valor total executado a 153.566.943,84 €, conforme se resume no quadro seguinte:



S. R.

## CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

## QUADRO II

## Síntese da execução orçamental

Unidade: €

Designação	Ativ. 215	Ativ. 256	Ativ. 263	TOTAL
Dotações disponíveis	1 096 896,00	143 865 209,00	9 708 080,00	<b>154 670 185,00</b>
Valor executado	841 669,49	143 719 230,42	9 006 043,93	<b>153 566 943,84</b>
Taxa de Execução	76,73%	99,90%	92,77%	<b>99,29%</b>

## a) Despesas com o pessoal

Com a transição do orçamento da magistratura judicial para o CSM, o agrupamento económico “Despesas com o pessoal” passou a assumir ainda maior relevância, representando mais de 99,76 % do total do valor executado em 2022.

As despesas com pessoal foram suportadas maioritariamente pela FF 311, tendo os montantes despendidos totalizado os 151.137.464,85 €. Comparativamente a 2021, esta execução reflete um aumento inferior a 1%, conforme apresentado de seguida:

## QUADRO III

## Despesas com pessoal - Execução Orçamental 2022

Unidade: €

Agrupamento	2021	2022	Variação	
			%	Valor
Remunerações certas e permanentes	121 673 845,70	122 262 786,82	0,48%	588 941,12
Abonos variáveis ou eventuais	1 797 262,72	1 701 904,77	-5,31%	-95 357,95
Segurança social	27 370 192,06	27 172 773,26	-0,72%	-197 418,80
<b>TOTAL</b>	<b>150 841 300,48</b>	<b>151 137 464,85</b>	<b>0,20%</b>	<b>296 164,37</b>

Para o ligeiro aumento contribuiu a evolução registada ao nível do agrupamento das remunerações certas e permanentes, refletindo essencialmente:

- ✓ A implementação do regime previsto no artigo 29.º do EMJ (“exercício de funções em acumulação”) e a entrada de novos magistrados provenientes do Centro Estudos Judiciários;
- ✓ A evolução observada na atividade 215 que reflete o início de funções, no decurso do 2.º semestre de 2021, de um total de 24 técnicos superiores para constituição dos gabinetes de apoio aos Tribunais de Comarca, conforme previsto na Lei n.º 62/2013, de 26 de



S. R.

## CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

agosto, ao que acresceu a entrada de mais sete técnicos superiores em 2022 e a cessação da comissão de serviço por parte de um daqueles.

No subagrupamento “*Abonos variáveis ou eventuais*” observa-se uma redução no grau de execução orçamental em comparação com o ano transacto, o que explica pela menor execução das rubricas “*Ajudas de custo*” e “*Indemnizações por cessação de funções*”.

### b) Aquisição de bens e serviços

A taxa de execução do agrupamento de classificação económica “*Aquisição de bens e serviços*” foi inferior à taxa global, correspondendo a 80,81%. Os montantes executados neste agrupamento totalizaram os 2.207.781,78 €, conforme apresentado de seguida:

#### QUADRO IV

##### Aquisições de bens e serviços - Execução Orçamental 2022

Unidade: €

Aquisição de bens e serviços	Ativ. 215	Ativ. 256	Ativ. 263	TOTAL
Dotações disponíveis	8 847,00	458 693,00	2 264 426,00	<b>2 731 966,00</b>
Valor executado	6 250,47	344 409,03	1 857 122,28	<b>2 207 781,78</b>
Taxa de Execução	70,65%	75,08%	82,01%	<b>80,81%</b>

Relativamente ao valor executado, apresentam-se no quadro seguinte as aquisições de bens e serviços com maior peso no âmbito do orçamento do CSM, juntamente com a sua comparação face a 2021:

#### QUADRO V

##### Desagregação das aquisições de bens e serviços - Execução Orçamental 2022

Unidade: €

Aquisições de bens e serviços	2021	2022	Variação	
			%	Valor
Locação de edifícios	677 482,00	734 287,28	0,00%	56 805,28
Transportes	107 728,22	127 354,80	18,22%	19 626,58
Deslocação e estadas	401 316,43	505 725,27	26,02%	104 408,84
Encargos das instalações	82 318,91	113 166,20	37,47%	30 847,29
Vigilância e segurança	89 802,65	87 616,95	-2,43%	-2 185,70
Locação de material de informática - Software	91 451,38	141 164,04	54,36%	49 712,66
Restantes rubricas	305 569,33	498 467,24	0,00%	192 897,91
<b>TOTAL</b>	<b>1 755 668,92</b>	<b>2 207 781,78</b>	<b>25,75%</b>	<b>452 112,86</b>



S. R.

## CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

Em termos globais, ao nível da aquisição de bens e serviços, verifica-se um aumento de aproximadamente 25,75% dos montantes despendidos. Para este aumento contribuíram, principalmente, as rubricas:

- ✓ “*Deslocações e estadas*”, evidenciando a retoma da normal atividade do CSM face à situação pandémica provocada pela COVID-19;
- ✓ “*Locação de edifícios*”, contabilizando os pagamentos decorrentes do contrato de arrendamento das instalações sede deste Conselho e refletindo as atualizações e acréscimos previstos contratualmente;
- ✓ “*Encargos das instalações*”, espelhando o aumento registado em 2022 no preço da electricidade;
- ✓ “*Locação de material de informática - Software informático*”, relacionado com a aquisição de *software* de anonimização;
- ✓ “*Outros trabalhos especializados*”, o aumento registado decorre maioritariamente da execução dos contratados celebrados ao abrigo do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

### **c) Transferências correntes**

O CSM, na qualidade de membro da Rede Europeia de Conselhos de Justiça (RECJ)<sup>1</sup>, está obrigado a proceder ao pagamento de uma quota anual, a qual está fixada em 4.750 €.

### **d) Outras despesas correntes**

Neste agrupamento económico houve a necessidade de inscrever e dotar a rubrica de classificação económica “*Outras despesas correntes – Custas Judiciais*”, como consequência de taxas de justiça e custas judiciais que o CSM teve de suportar, em sede de recurso no Supremo Tribunal de Justiça (STJ), diretamente relacionadas com ações judiciais intentadas contra decisões do Plenário desta Instituição, que implicaram o pagamento de cerca de 8.027,40 € em 2022.

---

<sup>1</sup> A RECJ estabeleceu-se formalmente no ano de 2004 e é formada por instituições nacionais dos Estados-Membros da União Europeia que são independentes do poder executivo e do poder legislativo, e cuja função é apoiar os membros dos Conselhos de Justiça na sua função de administrar a Justiça de forma independente.



S. R.

## CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

### e) Aquisição de bens de capital

Em termos globais, as aquisições de bens de capital em 2022 mostram um decréscimo relativamente a 2021, com uma taxa de variação negativa de 35,98%.

A desagregação deste agrupamento por rubrica de classificação económica consta do quadro seguinte:

### QUADRO VI

#### Aquisições de Capital – Execução Orçamental (2020-2021)

Unidade: €

Aquisições de capital	2021	2022	Variação	
			%	Valor
Conservação ou reparação	0,00	0,00	0,00%	0,00
Equipamento de informática - Hardware	6 148,77	0,00	-100,00%	-6 148,77
Equipamento de informática - Outros	175 351,18	80 368,20	-54,17%	-94 982,98
Software informático	80 699,69	84 806,04	5,09%	4 106,35
Equipamento administrativo - Hardware de Comunicações	806,08	1 885,85	133,95%	1 079,77
Equipamento administrativo - Outros	1 720,95	2 311,06	34,29%	590,11
Equipamento básico	0,00	96,99	0,00%	96,99
Artigos - Obj. valor	0,00	0,00	0,00%	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>264 726,67</b>	<b>169 468,14</b>	<b>-35,98%</b>	<b>-95 258,53</b>

Com maior peso, destacam-se em 2022 os investimentos efetuados em “*Equipamento de informática – Outros*” e “*Software informático*”, integrando:

- ✓ Desenvolvimento e atualização da aplicação informática IUDEX, destinada a suportar o processo de gestão e movimentação dos magistrados judiciais e da respetiva tramitação eletrónica, refletidos fundamentalmente na rubrica 07.01.08.B0.B0 – “*Software informático*”;
- ✓ A aquisição de torres de programador, computadores portáteis e outros equipamentos (v.g. ratos e teclados), por forma a dotar os colaboradores do CSM de ferramentas necessárias ao teletrabalho e a adaptar a infraestrutura tecnológica existente às novas exigências.

### f) Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)

No âmbito do PRR e ao nível da despesa, foi executado o montante de 122.892,12 €, na sequência de contrato celebração de três contratos relativos ao desenvolvimento de *software* para modernização dos sistemas de informação de suporte à atividade do CSM, licenciamento de *software* e aquisição de servidor, conforme consta no quadro abaixo.

**QUADRO VII**

**PRR – Execução Orçamental (2021-2022)**

PRR	RCE	2022
Locação de material de informática - software informático	<b>02.02.05.B0.00</b>	5 555,14 €
Outros trabalhos especializados - Desenvolvimento de software	<b>02.02.20.A0.A0</b>	77 982,00 €
Hardware - Outros	<b>07.01.07.B0.C0</b>	39 354,98 €
<b>TOTAL</b>		<b>122 892,12 €</b>

1.3. Indicadores de Gestão Orçamental

A estrutura da despesa executada em 2022 encontra-se refletida na figura seguinte em função do respetivo agrupamento económico.

**FIGURA II**

**Despesa executada, por agrupamento económico, em 2022**



A figura anterior permite efetivamente visualizar a dimensão do agrupamento económico “Despesas com o pessoal”, o qual, como já se referiu, representou mais de 98,42%% do total da despesa global efetiva do Conselho no ano de 2022.

Seguem-se os montantes despendidos com a aquisição de bens e serviços, onde se destacam as despesas relacionadas com “Locação de edifícios”, “Deslocações e estadas”, “Encargos das instalações” e “Vigilância e segurança”, que em conjunto representam perto de 70% do total deste agrupamento.



S. R.

## CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

No quadro seguinte sintetizam-se alguns indicadores de gestão orçamental relativos ao exercício de 2022:

### QUADRO VIII

#### Indicadores de Gestão Orçamental – Ano 2022

INDICADOR	Orçamento Corrigido	Execução 2021
PESO DAS RECEITAS PRÓPRIAS NO TOTAL DAS DESPESAS = RECEITAS PRÓPRIAS / TOTAL DAS DESPESAS	0,17%	0,16%
PESO DAS DESPESAS COM O PESSOAL NO TOTAL DAS DESPESAS = DESPESAS COM O PESSOAL / TOTAL DAS DESPESAS	96,58%	98,42%

Os elementos acima descritos foram calculados com base no **Mapa I**, em anexo ao presente relatório, que apresenta a execução orçamental do CSM no acumulado de 2022, discriminada por rubrica de classificação económica e fonte de financiamento.

## 2. Receita

Nos termos do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 36/2007, de 14 de agosto, constituem receitas do CSM:

- As dotações que lhe forem atribuídas pelo Orçamento do Estado;
- As transferências provenientes do IGFEJ;
- O saldo de gerência do ano anterior;
- O produto da venda de publicações editadas;
- Os emolumentos por atos praticados pela secretaria;
- Quaisquer outras receitas que lhe forem atribuídas por lei, contrato ou outro título.

Importa referir que, em Sessão Plenária Ordinária deste Conselho de 19 de outubro de 2010, foi deliberado que os montantes resultantes das multas aplicadas aos senhores magistrados judiciais, em sede de matéria disciplinar, passariam a reverter a favor do CSM, configurando receita própria.



S. R.

## CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

Com a exceção das dotações atribuídas no Orçamento do Estado, todas as restantes receitas estão consignadas à realização de despesas do CSM, podendo os saldos não utilizados transitar para o ano seguinte.

### 2.1. Análise da Receita

O **Mapa II**, em anexo ao presente relatório, ilustra a arrecadação de receita do CSM em 2022, discriminada por rubrica de classificação económica, apresentando-se ainda no quadro seguinte a relação entre a receita arrecadada e a receita orçamentada:

#### QUADRO IX Orçamento de 2022 – Receita

Unidade: €

Fonte Financiamento	Receita arrecadada (1)	Receita orçamentada (2)	Execução (1)/(2)
FF 311	153 369 100,87	156 355 985,00	98,09%
FF 331	18 224,28	0,00	0,00%
FF 357	5 872,99	56 998,00	10,30%
FF 368	46 648,00	0,00	0,00%
FF 482	0,00	34 545,00	0,00%
FF 483	122 892,12	123 000,00	99,91%
FF 488	124 833,85	0,00	0,00%
FF 513	137 829,16	150 000,00	91,89%
FF 522	412 050,51	0,00	0,00%
FF 541	107 750,00	10 000,00	1077,50%
<b>Total</b>	<b>154 345 201,78</b>	<b>156 730 528,00</b>	<b>98,48%</b>

#### FF 311 - RECEITAS DE IMPOSTOS NÃO AFETAS A PROJETOS CO-FINANCIADOS

As transferências de verbas provenientes de Encargos Gerais do Estado decorreram de acordo com o solicitado pelo CSM e em conformidade com as descativações autorizadas, ascendendo a 153.369.100,87 €, ou seja, a 98% do valor orçamentado.

#### FF 357 - RECEITAS DE IMPOSTOS AFETAS A PROJETOS COFINANCIADOS – OUTROS

Os valores recebidos na FF 357 refletem as importâncias destinadas à componente do financiamento nacional do projeto JudiNet PT — JUST-AG-2020 / JUST-JCOO-AG-2020 - ‘*Strengthening the national judicial network that supports the activities of EJN Civil in Portugal*’., em associação à respetiva execução no decurso de 2022 (foi recebido o montante de 5.872,99 € e executada despesa de 3.588,24 €).



S. R.

## CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

### **FF 368 – SALDOS DE RP AFETAS A PROJETOS COFINANCIADOS**

A FF 368 integra o montante de 46.648,00 € recebido em 2016 para suporte da comparticipação nacional do projeto “*Court Management – old problems new solutions for caseload management*” que transitou em saldo.

### **FF 483 - PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA**

Os montantes arrecadados na FF 483, num total de 122.892,12 €, referem-se ao adiantamento previsto no contrato celebrado para a realização do investimento TD C18-i01.11 - “*Justiça Económica e Ambiente de Negócios/CSM*”, enquadrado na Componente C18 – Justiça Económica e Ambiente de Negócios, do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), e aos subseqüentes pedidos de pagamento.

### **FF 488 – SALDOS DE FUNDOS EUROPEUS**

Na FF 488, respeitante aos saldos transitados de fundos europeus, foram integradas as seguintes verbas:

- ✓ 42.336,88 €, no âmbito do *Grant Agreement under the Connecting Europe Facility (CEF) – Telecommunications Sector* (INEA/CEF/ICT/A2016/1292822), para financiamento da ação intitulada “*ECLI.PT: Sharing portuguese case law in e-justice portal*”. O montante de 41.290,00 € foi recebido pelo CSM em 11/12/2017 e os remanescentes 1.046,88 € em 11/08/2020, tendo transitado a totalidade em saldo. Nesta mesma data, foram recebidos ainda 37.061,29 € que foram transferidos para o parceiro responsável pela execução do projeto.
- ✓ 17.773,28 €, relativos ao *Grant Agreement* assinado em 2016 com a Comissão Europeia, envolvendo o projecto “*ECLIPT – Project: 721322 – Call: JUST-2015-JACC-AG-1*”, no qual o CSM participou como coordenador, em parceria com o Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I.P. (IGFEJ, I.P.), este último na qualidade de beneficiário. Esta verba foi recebida em 29/01/2019, respeitando ao acerto final efetuado pela Comissão Europeia após conclusão do antedito projeto e envolveu ainda a receção de 18.233,04 €



S. R.

## CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

que foram transferidos para o IGFEJ, tendo em conta o apuramento das despesas executadas.

- ✓ 21.989,20 €, relacionados com o *Grant Agreement under the Connecting Europe Facility (CEF) – Telecommunications Sector* (INEA/CEF/ICT/A2016/1295773), para desenvolvimento do projeto intitulado “*e-CODEX-PLUS*”, assinado em 12/04/2017.

O montante de 19.260,00 € foi recebido pelo CSM em 28/12/2017 e o valor de 2.729,20 € em 25/03/2020.

- ✓ 13.404,09 €, no âmbito do programa comunitário JUST-AG-2018/JUST-JCOO-EJN-AG-2018, com ação intitulada “*Capacity building and research activities for judges and legal practitioners — CB and RA - PT*”. Foi recebido em 26/03/2021 o valor de 10.567,62 €.
- ✓ 29.330,40 €, relativos ao projeto JudiNet PT — JUST-AG-2020 / JUST-JCOO-AG-2020 - “*Strengthening the national judicial network that supports the activities of EJN Civil in Portugal*”.

### FF 513 – RECEITA PRÓPRIA DO ANO

Observando o quadro anterior é possível verificar que, em 2022, o CSM arrecadou a quantia de 137.829,16 € de receita própria.

A receita arrecadada na FF 513 foi ligeiramente inferior à prevista no orçamento inicial (150.000 €), destacando-se os montantes registados nas rubricas “*Reposições não abatidas aos pagamentos - RNAP*” e “*Outras receitas correntes*”. Esta circunstância ficou a dever-se, essencialmente:

- ✓ Nas RNAP’s (68.537,94 € em 2022 e 52.587,26 € em 2021), registando-se uma subida dos montantes associados a reposições efetuadas por parte dos magistrados judiciais relativas a valores auferidos em anos anteriores;
- ✓ Em outras receitas correntes (62.663,81 € em 2022 e 46.929,22 € em 2021), com o aumento dos valores recebidos a título de subsídio social de mobilidade<sup>2</sup>, no âmbito dos serviços

<sup>2</sup> Regulamentado pelo Decreto n.º 41/2015, de 24 de março, pela Portaria n.º 95-A/2015, de 27 de março, e pelo Decreto-Lei n.º 134/2015, de 24 de junho.



S. R.

## CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

aéreos entre o Continente e as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, efetuados pelo senhores magistrados judiciais residentes ou a desempenharem funções nas citadas Regiões Autónomas.

De referir, ainda, a execução registada na rubrica 04.02.99.99.01, onde são refletidas as multas aplicadas a magistrados judiciais decorrentes de processos disciplinares internos, que se situou nos 6.487,50 €, embora registando um acréscimo de cerca de 248% relativamente aos valores cobrados no ano de 2021 (1.864,97 €).

### FF 522 – SALDOS DE RP TRANSITADOS

O valor inscrito na FF 522 corresponde aos saldos de receitas próprias apurados na execução orçamental de 2021 que transitaram para 2022, e que se encontravam desagregados por fonte de financiamento, conforme consta no **Quadro X**:

#### QUADRO X

##### Saldos de receitas próprias transitados

Unidade: €

Fonte de Financiamento	Designação	Valor
513	Receita própria (RP)	16 449,31
522	Transferência de RP entre organismos	393 271,37
541	Saldos de RP transitados	2 329,83
<b>TOTAL</b>		<b>412 050,51</b>

### FF 541 – TRANSFERÊNCIAS DO IGFEJ E CÂMARA MUNICIPAL DE GAIA

As verbas provenientes do IGFEJ totalizaram o montante de 7.750,00 €, destinando-se a financiar despesas relativas ao Ponto de Contato Português da Rede Judiciária Europeia em Matéria Civil e Comercial, ao abrigo de protocolo celebrado entre o CSM e o Ministério da Justiça (MJ), funcionando esta estrutura junto do CSM e podendo o MJ participar no financiamento das respetivas despesas.

Ainda nesta fonte de financiamento encontram-se contabilizados 100.000 €, receita esta proveniente do Município de Vila Nova de Gaia de acordo com o Protocolo celebrado no âmbito do Encontro Anual do CSM.



S. R.

## CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

### IV. Meios Humanos

Nos termos da Lei, o mapa de pessoal do CSM, a vigorar em 2022, foi aprovado em conjunto com o respetivo orçamento anual e prevê os cargos e categorias enquadrados na Lei Orgânica do CSM.

Para além dos postos de trabalho pertencentes à carreira geral, designadamente, carreira técnica superior, assistente técnico, assistente operacional e à carreira especial (não revista) de informática, designadamente, categoria de especialista e técnico de informática, o Conselho conta com a colaboração de 36 oficiais de justiça, que exercem funções em regime de comissão de serviço, sendo que um dos oficiais de justiça exerce funções de secretária pessoal do Senhor Vice-Presidente do CSM.

Junto do CSM funcionam, também, os serviços de inspeção constituídos por dezoito inspetores judiciais e dezoito secretários de inspeção<sup>3</sup>, encontrando-se, assim, por preencher dois postos de trabalho para as funções de inspetor judicial e dois para as funções de secretário de inspeção, à data de 31 de dezembro de 2022.

O **Quadro XI** permite observar o mapa de pessoal do CSM de janeiro a dezembro de 2022, por grupo de pessoal.

**QUADRO XI**  
**Mapa de Pessoal do CSM**

GRUPO DE PESSOAL	Postos de trabalho ocupados				
	31/dez/2021	31/mar/2022	30/jun/2022	30/set/2022	31/dez/2022
Magistrado	31	30	30	30	29
Vogal (Representante do poder legislativo)	4	4	5	4	4
Dirigente Intermédio	4	4	3	3	4
Técnico Superior	9	9	8	9	8
Assistente técnico	3	3	3	2	2
Assistente operacional	5	5	4	4	4
Oficial de justiça	51	52	53	54	52
Especialista de Informática	1	1	1	2	2
Técnico de Informática	2	2	2	2	2
<b>TOTAL</b>	<b>110</b>	<b>110</b>	<b>109</b>	<b>110</b>	<b>107</b>

<sup>3</sup> Nos termos do artigo 160.º do Estatuto dos Magistrados Judiciais/EMJ.



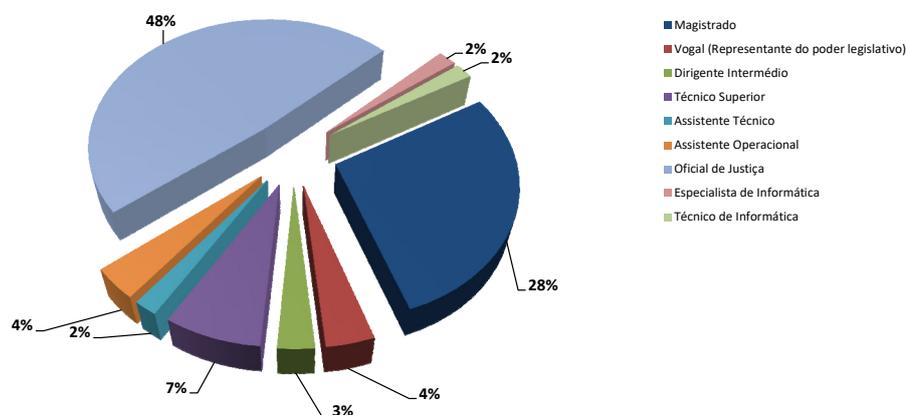
S. R.

## CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

Numa outra perspetiva, a **Figura III** permite visualizar o peso dos diferentes grupos de pessoal existentes no Conselho, evidenciados no **Quadro XI**, a 31 de dezembro de 2022, com destaque para o universo referente aos oficiais de justiça (46%) e a magistrados (28%).

**FIGURA III**

### Grupos de pessoal do CSM



O mapa de pessoal do CSM integra também o universo da magistratura judicial de 1.<sup>a</sup> Instância, distribuído pelos 23 tribunais de comarca existentes no país.

Acrescem ainda ao mapa de pessoal do CSM os postos de trabalho destinados à constituição de gabinetes de apoio aos Tribunais de Comarca, conforme previstos na Lei n.º 62/2013, de 26 de agosto, encontrando-se em exercício de funções, com referência a 30 de setembro de 2022, 30 técnicos superiores, em regime de comissão de serviço.

### Formação profissional

Com vista à elaboração do Plano Geral de Formação Anual (PGFA) de 2022, destinado aos colaboradores deste Conselho, foi enviado a todos os que exercem funções na sede do CSM um "Questionário de levantamento de necessidades de formação", tendo os trabalhadores manifestado as suas necessidades de formação no âmbito de várias competências, nomeadamente, inovação, digitais, linguísticas, e competências transversais, englobando as seguintes áreas: auditoria interna, comunicacionais, jurídicas, contratação pública, gestão de recursos humanos, gestão documental, gestão financeira, entre outras.



S. R.

## CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

### V. CONCLUSÕES

---

As disponibilidades orçamentais, após aplicação das cativações legais, revelaram-se manifestamente insuficientes para fazer face às necessidades evidenciadas no Conselho Superior da Magistratura, tendo sido necessário recorrer a pedidos de descativação que totalizaram os 3.237.090 €, dos quais 2.487.090 € para reforço do agrupamento “*Despesas com pessoal*”.

A despesa total executada situou-se nos 153.566.943,84 €, evidenciando um ligeiro acréscimo face ao valor do ano anterior. Esta situação foi influenciada maioritariamente pela evolução dos encargos com o pessoal, que correspondem a mais de 98% do total executado e onde, por sua vez, se salientam os montantes despendidos na atividade relativa à magistratura judicial, cujos pagamentos totalizaram 143.374.821,39 €.

No que respeita à aquisição de bens e serviços, verificou-se, igualmente, uma subida dos montantes despendidos. Este incremento da despesa explica-se não só pelo retomar da atividade normal do CSM, após dois anos de restrições provocadas pela pandemia da doença COVID-19, mas também fruto do aumento generalizado dos preços, consequência da invasão Russa à Ucrânia.

A execução orçamental de 2022 também patenteia o forte empenho do CSM nos investimentos financiados pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), com uma taxa de execução de quase 100% (99,91%).

Nos últimos anos, a dependência face às dotações de receitas de impostos tem vindo a obrigar, de forma recorrente, à solicitação de pedidos de reforço das dotações disponíveis, nomeadamente através da descativação de verbas, atenta a rigidez das rubricas de despesa com maior peso na estrutura do orçamento do CSM e a exiguidade das restantes fontes de financiamento.

Conselho Superior da Magistratura,

Pelo Conselho Administrativo,

O Vice-Presidente do Conselho Superior da Magistratura

---

(Juiz Conselheiro José António de Sousa Lameira)



S. R.

## CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

### VI. ANEXOS

---

**Mapa I – Execução do Orçamento de Despesa de 2022**

**Mapa II – Arrecadação de Receita em 2022**

**Mapa III – Quadro de Pessoal**

**Mapa IV – Execução do Orçamento de Despesa de 2021**

Conselho Superior da Magistratura

Mapa I

Orçamento de Funcionamento

Execução orçamental - 4.º Trimestre de 2022

(Unidade: Euro)

Rubrica	Descrição	Dotação Inicial (1)	Alterações Orçamentais (2)	Dotação Cortada (3)=(1)+(2)	Cativeção (4)	Dotação Disponível (5)=(3)-(4)	Pagamentos Líquidos Ano 2022 (6)	Grau de execução orçamental = (6)/(5) (7)
<b>Recargas de impostos não afetadas a projetos co-financiados - 311</b>								
<b>Atividade 215</b>								
01.01.03	Pessoal dos quadros-Reg.funç.pública	1 048 633,00	-333 560,00	715 073,00	0,00	715 073,00	558 312,34	78,08%
01.01.13	Subsídio de refeição	62 335,00	-22 168,00	40 167,00	0,00	40 167,00	30 091,83	74,92%
01.01.14 SF	Subsídio de férias	87 387,00	-36 202,00	51 185,00	0,00	51 185,00	51 184,33	100,00%
01.01.14 SN	Subsídio de Natal	87 387,00	1 664,00	89 051,00	0,00	89 051,00	49 863,25	55,99%
01.01.15	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	0,00	300,00	300,00	0,00	300,00	282,76	94,25%
01.02.04	Ajudas de Custo	0,00	763,00	763,00	0,00	763,00	762,44	99,91%
01.03.03	Subsídio familiar a crianças e jovens	0,00	1 499,00	1 499,00	0,00	1 499,00	1 498,02	99,93%
01.03.05 AO AO	Contribuições para a Seg. Social - CGA, I.P.	0,00	53 712,00	53 712,00	0,00	53 712,00	53 673,74	99,93%
01.03.05 AO BO	Contribuições para a Seg. Social - Segurança Social	290 559,00	-154 292,00	136 267,00	0,00	136 267,00	89 709,92	65,83%
01.03.10 00 00	Outras despesas	0,00	41,00	41,00	0,00	41,00	40,39	98,51%
Agup - 01	Despesas com o pessoal	1 576 301,00	-488 252,00	1 088 049,00	0,00	1 088 049,00	835 419,02	76,78%
02.02.10	Transportes	0,00	500,00	500,00	0,00	500,00	173,67	34,73%
02.02.13	Deslocações e estadas	0,00	8 347,00	8 347,00	0,00	8 347,00	6 076,80	72,80%
Agup - 02	Aquisição de bens e serviços	0,00	8 847,00	8 847,00	0,00	8 847,00	6 250,47	70,65%
Agup - 02	Atividade 215 - Total Fonte Financiamento - 311	1 576 301,00	-479 405,00	1 096 896,00	0,00	1 096 896,00	841 669,49	76,73%
<b>Atividade 256</b>								
01.01.01 AO	Titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos	75 139 573,00	4 947 019,00	80 086 592,00	0,00	80 086 592,00	80 086 485,50	100,00%
01.01.01 BO	Subsídio de compensação	16 096 500,00	-1 275 040,00	14 821 460,00	0,00	14 821 460,00	14 821 459,86	100,00%
01.01.01 CO	Acumulação de funções	1 500 000,00	140 945,00	1 640 945,00	0,00	1 640 945,00	1 359 055,00	82,82%
01.01.08	Pessoal aguardando aposentação	0,00	37 083,00	37 083,00	0,00	37 083,00	37 082,73	100,00%
01.01.09 AO	Pessoal em qualquer outra situação	2 485 949,00	-406 574,00	2 079 375,00	0,00	2 079 375,00	2 079 374,45	100,00%
01.01.09 BO	Subsídio de qualquer outra situação	1 090 250,00	488 016,00	1 578 266,00	0,00	1 578 266,00	1 578 265,82	100,00%
01.01.11	Representação	159 896,00	-435,00	159 461,00	0,00	159 461,00	159 262,44	100,00%
01.01.12	Suplementos e prémios	149 892,00	-3 343,00	146 549,00	0,00	146 549,00	146 550,10	100,00%
01.01.13	Subsídio de refeição	1 602 567,00	-205 367,00	1 397 200,00	0,00	1 397 200,00	1 397 199,97	100,00%
01.01.14 SF	Subsídio de férias	6 954 987,00	208 351,00	7 163 338,00	0,00	7 163 338,00	7 163 332,97	100,00%
01.01.14 SN	Subsídio de Natal	6 860 357,00	313 071,00	7 173 428,00	0,00	7 173 428,00	7 173 427,31	100,00%
01.01.15	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	0,00	49 032,00	49 032,00	0,00	49 032,00	46 283,06	94,38%
01.02.04	Ajudas de Custo	882 086,00	-138 910,00	743 176,00	0,00	743 176,00	743 175,94	100,00%
01.02.08	Subsídios e abonos de fixação, residência e alojamento	406 392,00	66 545,00	472 937,00	0,00	472 937,00	472 936,43	100,00%
01.02.12	Indemnizações por cessação de funções	0,00	62 893,00	62 893,00	0,00	62 893,00	62 887,27	99,99%
01.02.14	Outros abonos numérico ou espécie	245 447,00	59 468,00	304 915,00	0,00	304 915,00	304 914,25	100,00%
01.03.03	Subsídio familiar a crianças e jovens	12 619,00	-5 051,00	7 568,00	0,00	7 568,00	7 567,81	100,00%
01.03.04	Outras prestações familiares	0,00	1 317,00	1 317,00	0,00	1 317,00	1 316,43	99,96%
01.03.05 AO AO	Contribuições para a Seg. Social - CGA, I.P.	20 189 251,00	-268 541,00	19 920 710,00	0,00	19 920 710,00	19 988 151,95	99,89%
01.03.05 AO BO	Contribuições para a Seg. Social - Segurança Social	5 312 642,00	444 005,00	5 756 647,00	0,00	5 756 647,00	5 750 382,74	99,89%
01.03.06	Accidentes em serviço e doenças profissionais	0,00	447,00	447,00	0,00	447,00	447,00	100,00%
01.03.10 PO	Parentalidade	0,00	85 263,00	85 263,00	0,00	85 263,00	85 262,47	100,00%
Agup - 01	Despesas com o pessoal	139 088 410,00	4 318 106,00	143 406 516,00	0,00	143 406 516,00	143 374 821,39	99,99%
02.02.10	Transportes	200 000,00	0,00	200 000,00	60 000,00	139 970,00	100 951,27	72,17%
02.02.13	Deslocações e estadas	2 209,00	382 209,00	384 418,00	124 016,00	260 402,00	238 912,76	92,53%
02.02.22 HO	Serviços de Saúde - Outros	55 802,00	0,00	55 802,00	0,00	55 802,00	0,00	0,00%
02.02.23 BO	Outros serv. de saúde - Verif. médica - Junta Médica e	4 725,00	0,00	4 725,00	0,00	4 725,00	4 545,00	96,19%
Agup - 02	Aquisição de bens e serviços	640 527,00	2 209,00	642 736,00	184 043,00	458 693,00	344 409,03	75,80%
Agup - 02	Atividade 256 - Total Fonte Financiamento - 311	139 728 937,00	4 320 315,00	144 049 252,00	184 043,00	143 865 209,00	143 719 230,42	99,90%
<b>Atividade 263</b>								
01.01.01 AO	Titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos	2 875 721,00	-305 609,00	2 570 112,00	0,00	2 570 112,00	2 569 387,28	99,97%
01.01.01 BO	Subsídio de compensação	465 500,00	-93 609,00	371 891,00	0,00	371 891,00	371 683,01	99,94%
01.01.03	Pessoal dos quadros-Reg.funç.pública	1 913 394,00	-310 271,00	1 603 123,00	0,00	1 603 123,00	1 599 022,67	99,74%
01.01.08	Pessoal aguardando aposentação	0,00	430,00	430,00	0,00	430,00	429,29	99,81%
01.01.11	Representação	43 105,00	-4 182,00	38 923,00	0,00	38 923,00	38 922,23	100,00%
01.01.12	Suplementos e prémios	150 179,00	-14 767,00	135 412,00	0,00	135 412,00	135 411,27	100,00%
01.01.13	Subsídio de refeição	146 601,00	-30 328,00	116 273,00	0,00	116 273,00	116 034,46	99,79%
01.01.14 SF	Subsídio de férias	3 399 092,00	-463,00	3 398 629,00	0,00	3 398 629,00	3 396 616,04	99,95%
01.01.14 SN	Subsídio de Natal	3 999 092,00	-66 387,00	3 932 705,00	0,00	3 932 705,00	3 930 863,26	99,45%
01.02.02	Horas extraordinárias	10 000,00	2 706,00	12 706,00	0,00	12 706,00	8 345,13	65,68%
01.02.04	Ajudas de Custo	389 400,00	-262 795,00	126 605,00	0,00	126 605,00	77 220,70	60,99%
01.02.05	Abonos para faltas	0,00	950,00	950,00	0,00	950,00	1 035,48	109,96%
01.02.12	Indemnizações por cessação de funções	0,00	1 000,00	1 000,00	0,00	1 000,00	999,69	99,97%
01.02.13 AO	Outros suplementos e prémios	30 294,00	-10 710,00	19 584,00	0,00	19 584,00	19 584,00	100,00%
01.02.13 PD	Prémios de desempenho	3 471,00	-726,00	2 745,00	0,00	2 745,00	2 744,53	99,98%
01.02.14	Outros abonos numérico ou espécie	3 500,00	3 120,00	6 620,00	0,00	6 620,00	6 619,95	100,00%
01.03.03	Subsídio familiar a crianças e jovens	2 040,00	-63,00	1 977,00	0,00	1 977,00	1 976,60	99,98%
01.03.05 AO AO	Contribuições para a Seg. Social - CGA, I.P.	1 379 787,00	-229 332,00	1 150 455,00	0,00	1 150 455,00	1 148 567,93	99,84%
01.03.05 AO BO	Contribuições para a Seg. Social - Segurança Social	110 831,00	19 621,00	130 452,00	0,00	130 452,00	125 432,14	96,15%
01.03.06	Accidentes em serviço e doenças profissionais	0,00	86,00	86,00	0,00	86,00	42,40	49,31%
01.03.10 05	Serviços Sociais da Administração Pública	8 904,00	0,00	8 904,00	0,00	8 904,00	8 903,52	99,98%
Agup - 01	Despesas com o pessoal	8 332 061,00	-1 342 764,00	6 989 297,00	0,00	6 989 297,00	6 919 641,78	99,00%
02.01.02	Combustíveis e lubrificantes	12 500,00	3 831,00	16 331,00	5 939,00	10 392,00	9 404,03	90,49%
02.01.08 AO	Material de escritório - Papel	3 500,00	0,00	3 500,00	1 879,00	1 621,00	1 103,93	68,10%
02.01.08 BO	Material de escritório - Consumíveis de impressão	4 000,00	0,00	4 000,00	1 901,00	2 099,00	886,35	42,23%
02.01.08 CO	Material de escritório - Outros	10 000,00	-1 034,00	8 966,00	4 751,00	4 215,00	4 184,89	99,29%
02.01.12	Material de transporte - peças	1 700,00	0,00	1 700,00	808,00	892,00	0,00	0,00%
02.01.21	Outros bens	4 850,00	14 687,00	19 537,00	0,00	19 537,00	13 658,13	69,91%
02.02.01 BO	Encargos das instalações - Outros	100 000,00	70 000,00	170 000,00	47 941,00	122 059,00	113 166,20	92,68%
02.02.02	Limpeza e higiene	44 300,00	9 075,00	53 375,00	21 049,00	32 326,00	27 470,79	84,38%
02.02.03	Conservação de bens	12 800,00	11 484,00	24 284,00	82,00	24 202,00	19 281,30	79,67%
02.02.04 CO	Locação de edifícios - outros	852 450,00	25 887,00	878 337,00	144 030,00	734 307,00	734 287,28	100,00%
02.02.05 BO	Locação de material de informática - Software inform	247 500,00	-7 765,00	239 735,00	0,00	239 735,00	141 164,04	58,88%
02.02.08	Locação de bens	19 500,00	8 387,00	27 887,00	9 265,00	18 622,00	13 213,83	70,96%
02.02.09 AO	Acessos a Internet	10 000,00	129,00	10 129,00	4 751,00	5 378,00	4 370,51	81,27%
02.02.09 BO	Comunicações fixas de dados	250,00	0,00	250,00	119,00	131,00	0,00	0,00%
02.02.09 CO	Comunicações fixas de voz	2 000,00	125,00	2 125,00	950,00	1 175,00	150,36	12,80%
02.02.09 DO	Comunicações móveis	3 000,00	1 872,00	4 872,00	1 426,00	3 446,00	706,15	20,49%
02.02.09 FO	Outros serviços de comunicações	8 000,00	2 586,00	10 586,00	3 801,00	6 785,00	3 084,89	45,47%
02.02.10	Transportes	45 000,00	-2 118,00	42 882,00	6 381,00	36 501,00	26 229,86	71,86%
02.02.11	Representação dos serviços	1 500,00	917,00	2 417,00	713,00	1 704,00	1 703,41	99,97%
02.02.13	Deslocações e estadas	400 000,00	-45 956,00	354 044,00	64 754,00	289 290,00	251 133,31	86,83%
02.02.14 AO	Serviços de natureza informática	5 000,00	0,00	5 000,00	2 485,00	2 515,00	0,00	0,00%
02.02.14 DO	Outros	0,00	3 750,00	3 750,00	0,00	3 750,00	0,00	0,00%
02.02.15 AO	Formação - Tecnologias da informação e comunicação	15 000,00	-3 429,00	11 571,00	7 127,00	4 444,00	1 736,50	39,08%
02.02.15 BO	Formação - Outras	40 000,00	8 888,00	48 888,00	19 005,00	29 883,00	20 040,65	67,53%
02.02.17 AO	Publicidade - Publicidade obrigatória	5 000,00	2 100,00	7 100,00</				

## Conselho Superior da Magistratura

### Mapa II

#### Orçamento de funcionamento - Receita

#### Execução orçamental - 4.º Trimestre 2022

(Unidade: Euro)

Rubrica	Previsões iniciais	Alterações Orçamentais	Previsão Corrigida	Receita cobrada 2022	Execução %
<b>311 - Receitas de Impostos não afetas a projetos co-financiados</b>					
06.03.01.01.99 - Transferências correntes - Administração Central	155 983 985,00	-18 225,00	155 965 760,00	153 196 306,56	98,22%
10.03.01.01.99 - Transferências capital - Administração Central	372 000,00	0,00	372 000,00	172 794,31	46,45%
<b>Total</b>	<b>156 355 985,00</b>	<b>-18 225,00</b>	<b>156 337 760,00</b>	<b>153 369 100,87</b>	<b>98,10%</b>
<b>313 - Saldos de Receitas de Impostos não afetas a projetos co-financiados</b>					
16.01.01.01.01 - Saldo da gerência anterior	0,00	206 645,00	206 645,00	0,00	0,00%
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>206 645,00</b>	<b>206 645,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>
<b>331 - Financiamento nac. receitas impostos por conta de fundos europeus</b>					
06.03.01.01.99 - Transferências correntes - Administração Central	0,00	18 225,00	18 225,00	18 224,28	100,00%
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>18 225,00</b>	<b>18 225,00</b>	<b>18 224,28</b>	<b>100,00%</b>
<b>357 - Receitas de Impostos afetas a projetos cofinanciados - Outros</b>					
06.03.01.01.99 - Transferências correntes - Administração Central	56 998,00	0,00	56 998,00	5 872,99	10,30%
<b>Total</b>	<b>56 998,00</b>	<b>0,00</b>	<b>56 998,00</b>	<b>5 872,99</b>	<b>10,30%</b>
<b>358 - Saldos de Receitas de Impostos afetas a projetos cofinanciados - Outros</b>					
16.01.01.01.99 - Saldo da gerência anterior	0,00	875,00	875,00	0,00	0,00%
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>875,00</b>	<b>875,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>
<b>368 - Saldos de RP afetas a projetos cofinanciados</b>					
16.01.03.01.78 - Saldo da gerência anterior	0,00	46 648,00	46 648,00	46 648,00	100,00%
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>46 648,00</b>	<b>46 648,00</b>	<b>46 648,00</b>	<b>100,00%</b>
<b>482 - Fundos comunitários - Outros</b>					
06.09.01.05.78 - TRF correntes- União Europeia	34 545,00	0,00	34 545,00	0,00	0,00%
<b>Total</b>	<b>34 545,00</b>	<b>0,00</b>	<b>34 545,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>
<b>483 - Plano de Recuperação e Resiliência</b>					
06.09.01.05.78 - TRF correntes- União Europeia	98 400,00	0,00	83 600,00	83 537,14	99,92%
10.09.01.99.78 - Rec. próprias - Outros fundos/U.E.	24 600,00	0,00	39 400,00	39 354,98	99,89%
<b>Total</b>	<b>123 000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>123 000,00</b>	<b>122 892,12</b>	<b>99,91%</b>
<b>488 - Saldos de Fundos Europeus</b>					
16.01.03.01.78 - Saldo da gerência anterior	0,00	124 834,00	124 834,00	124 833,85	100,00%
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>124 834,00</b>	<b>124 834,00</b>	<b>124 833,85</b>	<b>100,00%</b>
<b>513 - Receita própria do ano</b>					
04.02.99.99.78 - Org. dos encargos gerais do Estado	18 000,00	0,00	18 000,00	6 487,50	36,04%
07.02.99.03.78 - Serviços prestados a terceiros	150,00	0,00	150,00	139,91	93,27%
08.01.99.99.78 - Outras receitas correntes - Outras	55 000,00	0,00	55 000,00	62 663,81	113,93%
15.01.01.01.01 - Reposições não abatidas aos pagamentos	76 850,00	0,00	76 850,00	68 537,94	89,18%
<b>Total</b>	<b>150 000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>150 000,00</b>	<b>137 829,16</b>	<b>91,89%</b>
<b>522 - Saldos de RP transitados - Com outras origens</b>					
16.01.03.01.78 - Saldo da gerência anterior	0,00	412 051,00	412 051,00	412 050,51	100,00%
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>412 051,00</b>	<b>412 051,00</b>	<b>412 050,51</b>	<b>100,00%</b>
<b>541 - Transferência de RP entre organismos</b>					
06.03.07.01.78 - TRF correntes- Administração Central - IGFEJ, I.P.	10 000,00	0,00	10 000,00	7 750,00	77,50%
06.05.01.99.78 - TRF correntes-Adm. Local-Continente	0,00	100 000,00	100 000,00	100 000,00	100,00%
<b>Total</b>	<b>10 000,00</b>	<b>100 000,00</b>	<b>110 000,00</b>	<b>107 750,00</b>	<b>97,95%</b>
<b>TOTAL GLOBAL</b>	<b>156 730 528,00</b>	<b>891 053,00</b>	<b>157 621 581,00</b>	<b>154 345 201,78</b>	<b>97,92%</b>

# Conselho Superior da Magistratura

## Mapa III

### Mapa de Pessoal - 4.º Trimestre de 2022

GRUPO DE PESSOAL	Postos de trabalho ocupados				
	31/dez/2021	31/mar/2022	30/jun/2022	30/set/2022	31/dez/2022
Magistrado	31	30	30	30	29
Vogal (Representante do poder legislativo)	4	4	5	4	4
Dirigente Intermédio	4	4	3	3	4
Técnico Superior	9	9	8	9	9
Assistente técnico	3	3	3	2	2
Assistente operacional	5	5	4	4	4
Oficial de justiça	51	52	53	54	54
Especialista de Informática	1	1	1	2	2
Técnico de Informática	2	2	2	2	2
<b>TOTAL</b>	<b>110</b>	<b>110</b>	<b>109</b>	<b>110</b>	<b>110</b>

Conselho Superior da Magistratura

Mapa IV  
Orçamento de Funcionamento  
Execução orçamental - 4.º Trimestre de 2021

(Unidade Euro)

Rubrica	Descrição	Dotação Inicial (1)	Alterações Orçamentais (2)	Dotação Corrigida (3)=(1)+(2)	Cativação (4)	Dotação Disponível (5)=(3)-(4)	Pagamentos Líquidos Ano 2021 (6)	Grau de execução orçamental (6/5) (7) %
<b>Recargas de impostos não afetadas a projetos co-financiados - 311</b>								
<b>Atividade 215</b>								
01.01.03	Pessoal dos quadros-Reg.funç.pública	1 048 633,00	-849 802,00	198 831,00	0,00	198 831,00	150 282,41	75,58%
01.01.13	Subsídio de refeição	62 335,00	-50 176,00	12 159,00	0,00	12 159,00	9 010,53	74,11%
01.01.14 SF	Subsídio de férias	87 387,00	-87 387,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
01.01.14 SN	Subsídio de Natal	87 387,00	-1 619,00	85 768,00	0,00	85 768,00	37 219,98	43,40%
01.02.04	Ajudas de Custo	0,00	39,00	158 364,00	0,00	158 364,00	157 739,16	99,61%
01.03.05 A0 A0	Contribuições para a Seg. Social - CGA, I	0,00	16 531,00	16 531,00	0,00	16 531,00	12 298,88	74,40%
01.03.05 A0 B0	Contribuições para a Seg. Social - Segura	290 559,00	-265 279,00	25 280,00	0,00	25 280,00	21 809,96	86,27%
<b>Agrup - 01</b>	<b>Despesas com o pessoal</b>	<b>1 576 301,00</b>	<b>-1 237 693,00</b>	<b>338 608,00</b>	<b>0,00</b>	<b>338 608,00</b>	<b>230 660,66</b>	<b>68,12%</b>
02.02.13	Deslocações e estadas	0,00	3 000,00	3 000,00	0,00	3 000,00	202,31	6,74%
<b>Agrup - 02</b>	<b>Aquisição de bens e serviços</b>	<b>0,00</b>	<b>3 000,00</b>	<b>3 000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3 000,00</b>	<b>202,31</b>	<b>6,74%</b>
<b>Atividade 215 - Total Fonte Financiamento - 311</b>								
		<b>1 576 301,00</b>	<b>-1 234 693,00</b>	<b>341 608,00</b>	<b>0,00</b>	<b>341 608,00</b>	<b>230 862,97</b>	<b>67,58%</b>
<b>Atividade 256</b>								
01.01.01 A0	Titulares de órgãos de soberania e mem	74 097 834,00	4 069 613,00	78 167 447,00	0,00	78 167 447,00	78 134 811,94	99,96%
01.01.01 B0	Subsídio de compensação	17 621 625,00	-2 231 241,00	15 390 384,00	0,00	15 390 384,00	15 385 383,58	99,97%
01.01.01 C0	Acumulação de funções	1 000 000,00	461 600,00	1 461 600,00	0,00	1 461 600,00	1 460 602,36	99,93%
01.01.08	Pessoal aguardando aposentação	0,00	52 719,00	52 719,00	0,00	52 719,00	52 718,58	100,00%
01.01.09 A0	Pessoal em qualquer outra situação	0,00	3 704 082,00	3 704 082,00	0,00	3 704 082,00	3 704 081,38	100,00%
01.01.09 B0	Subsídio de compensação	0,00	1 271 557,00	1 271 557,00	0,00	1 271 557,00	1 271 556,82	100,00%
01.01.11	Representação	158 364,00	0,00	158 364,00	0,00	158 364,00	157 739,16	99,61%
01.01.12	Suplementos e prémios	147 474,00	2 110,00	149 584,00	0,00	149 584,00	149 583,70	100,00%
01.01.13	Subsídio de refeição	1 651 022,00	-285 524,00	1 365 498,00	0,00	1 365 498,00	1 364 497,66	99,93%
01.01.14 SF	Subsídio de férias	7 102 996,00	0,00	7 102 996,00	0,00	7 102 996,00	7 087 190,29	99,78%
01.01.14 SN	Subsídio de Natal	7 021 154,00	40 681,00	7 061 835,00	0,00	7 061 835,00	7 061 834,81	100,00%
01.02.04	Ajudas de Custo	1 129 489,00	-265 455,00	864 034,00	0,00	864 034,00	859 033,03	99,42%
01.02.08	Subsídios e abonos de fixação, residenci	399 504,00	25 325,00	425 029,00	0,00	425 029,00	425 028,38	100,00%
01.02.12	Indemnizações por cessação de funções	0,00	125 593,00	125 593,00	0,00	125 593,00	125 592,05	100,00%
01.02.14	Outros abonos numerário ou espécie	234 564,00	37 033,00	271 597,00	0,00	271 597,00	271 596,38	100,00%
01.03.03	Subsídio familiar a crianças e jovens	7 428,00	2 349,00	9 777,00	0,00	9 777,00	9 776,56	100,00%
01.03.04	Outras prestações familiares	0,00	1 317,00	1 317,00	0,00	1 317,00	1 316,43	99,96%
01.03.05 A0 A0	Contribuições para a Seg. Social - CGA, I	22 228 915,00	-1 541 135,00	20 687 780,00	0,00	20 687 780,00	20 529 433,73	99,23%
01.03.05 A0 B0	Contribuições para a Seg. Social - Segura	5 582 950,00	-340 621,00	5 242 329,00	0,00	5 242 329,00	5 234 815,96	99,86%
01.03.10 P0	Parentalidade	0,00	237 599,00	237 599,00	0,00	237 599,00	237 598,82	100,00%
<b>Agrup - 01</b>	<b>Despesas com o pessoal</b>	<b>138 383 319,00</b>	<b>5 367 802,00</b>	<b>143 751 121,00</b>	<b>0,00</b>	<b>143 751 121,00</b>	<b>143 524 195,22</b>	<b>99,84%</b>
02.02.10	Transportes	200 000,00	15 000,00	215 000,00	0,00	215 000,00	83 985,88	39,06%
02.02.13	Deslocações e estadas	380 000,00	-18 000,00	362 000,00	0,00	362 000,00	184 966,27	51,10%
02.02.22 HO	Serviços de Saúde - Outros	35 802,00	0,00	35 802,00	0,00	35 802,00	0,00	0,00%
02.02.23 BO	Outros serv. de saúde - Verif. médica - Ji	4 725,00	0,00	4 725,00	0,00	4 725,00	4 725,00	100,00%
<b>Agrup - 02</b>	<b>Aquisição de bens e serviços</b>	<b>620 527,00</b>	<b>-3 000,00</b>	<b>617 527,00</b>	<b>0,00</b>	<b>617 527,00</b>	<b>273 671,15</b>	<b>44,32%</b>
<b>Atividade 256 - Total Fonte Financiamento - 311</b>								
		<b>139 003 846,00</b>	<b>5 364 802,00</b>	<b>144 368 648,00</b>	<b>0,00</b>	<b>144 368 648,00</b>	<b>143 797 872,37</b>	<b>99,60%</b>
<b>Atividade 263</b>								
01.01.01 A0	Titulares de órgãos de soberania e mem	2 553 468,00	52 943,00	2 606 411,00	0,00	2 606 411,00	2 606 410,89	100,00%
01.01.01 B0	Subsídio de compensação	416 542,00	833,00	417 375,00	0,00	417 375,00	417 375,00	100,00%
01.01.03	Pessoal dos quadros-Reg.funç.pública	1 850 464,00	-124 355,00	1 726 109,00	0,00	1 726 109,00	1 592 742,09	92,27%
01.01.08	Pessoal aguardando aposentação	0,00	7 270,00	7 270,00	0,00	7 270,00	7 268,90	99,98%
01.01.11	Representação	31 869,00	26 829,00	58 698,00	0,00	58 698,00	58 697,70	100,00%
01.01.12	Suplementos e prémios	118 868,00	15 316,00	134 184,00	0,00	134 184,00	134 183,25	100,00%
01.01.13	Subsídio de refeição	140 829,00	0,00	140 829,00	0,00	140 829,00	117 055,80	83,12%
01.01.14 SF	Subsídio de férias	366 994,00	0,00	366 994,00	0,00	366 994,00	361 191,50	98,42%
01.01.14 SN	Subsídio de Natal	366 994,00	0,00	366 994,00	0,00	366 994,00	340 833,43	92,87%
01.02.02	Horas extraordinárias	10 000,00	110,00	10 110,00	0,00	10 110,00	10 109,38	99,99%
01.02.04	Ajudas de Custo	356 400,00	-211 305,00	145 095,00	0,00	145 095,00	70 590,61	48,65%
01.02.05	Abonos para falhas	950,00	86,00	1 036,00	0,00	1 036,00	1 035,48	99,95%
01.02.12	Indemnizações por cessação de funções	0,00	11 630,00	11 630,00	0,00	11 630,00	11 625,27	99,96%
01.02.13 A0	Outros suplementos e prémios	30 294,00	0,00	30 294,00	0,00	30 294,00	20 808,00	68,69%
01.02.14	Outros abonos numerário ou espécie	3 500,00	0,00	3 500,00	0,00	3 500,00	1 680,09	48,00%
01.03.03	Subsídio familiar a crianças e jovens	2 240,00	154,00	2 394,00	0,00	2 394,00	2 393,92	100,00%
01.03.05 A0 A0	Contribuições para a Seg. Social - CGA, I	1 278 565,00	-45 000,00	1 233 565,00	0,00	1 233 565,00	1 196 760,58	97,02%
01.03.05 A0 B0	Contribuições para a Seg. Social - Segura	81 993,00	45 000,00	126 993,00	0,00	126 993,00	115 409,86	90,88%
01.03.10 SS	Serviços Sociais da Administração Públic	8 574,00	0,00	8 574,00	0,00	8 574,00	8 573,76	100,00%
<b>Agrup - 01</b>	<b>Despesas com o pessoal</b>	<b>7 618 544,00</b>	<b>-220 479,00</b>	<b>7 398 065,00</b>	<b>0,00</b>	<b>7 398 065,00</b>	<b>7 074 755,61</b>	<b>95,63%</b>
02.01.02	Combustíveis e lubrificantes	12 500,00	528,00	13 028,00	0,00	13 028,00	7 557,68	58,01%
02.01.08 A0	Material de escritório - Papel	3 500,00	0,00	3 500,00	0,00	3 500,00	2 055,97	58,74%
02.01.08 B0	Material de escritório - Consumíveis de i	4 000,00	500,00	4 500,00	0,00	4 500,00	2 646,41	58,81%
02.01.08 CD	Material de escritório - Outros	10 000,00	0,00	10 000,00	0,00	10 000,00	3 304,64	33,05%
02.01.12	Material de transporte - peças	1 000,00	711,00	1 711,00	0,00	1 711,00	1 196,99	69,95%
02.01.21	Outros bens	4 850,00	-1 146,00	3 704,00	0,00	3 704,00	2 023,34	54,63%
02.02.01 B0	Encargos das instalações - Outros	100 900,00	31 072,00	131 972,00	0,00	131 972,00	82 318,91	62,38%
02.02.02	Limpeza e higiene	44 300,00	-20 529,00	23 771,00	0,00	23 771,00	5 944,71	25,01%
02.02.03	Conservação de bens	7 000,00	23 500,00	30 500,00	0,00	30 500,00	14 411,95	47,25%
02.02.04 C0	Locação de edifícios - outros	796 200,00	-5 528,00	790 672,00	0,00	790 672,00	647 482,00	81,89%
02.02.05 B0	Locação de material de informática - Sof	6 150,00	109 800,00	115 950,00	0,00	115 950,00	91 451,38	78,51%
02.02.06	Locação de material de transporte	15 000,00	-10 000,00	5 000,00	0,00	5 000,00	0,00	0,00%
02.02.08	Locação de outros bens	19 500,00	3 725,00	23 225,00	0,00	23 225,00	16 282,09	70,11%
02.02.09 A0	Acessos a Internet	19 700,00	5 333,00	25 033,00	0,00	25 033,00	3 969,11	15,86%
02.02.09 B0	Comunicações fixas de dados	600,00	0,00	600,00	0,00	600,00	12,29	2,05%
02.02.09 C0	Comunicações fixas de voz	2 500,00	0,00	2 500,00	0,00	2 500,00	219,96	8,80%
02.02.09 D0	Comunicações móveis	9 500,00	-2 733,00	6 767,00	0,00	6 767,00	1 370,39	20,25%
02.02.09 F0	Outros serviços de comunicações	8 000,00	1 900,00	9 900,00	0,00	9 900,00	3 772,08	38,10%
02.02.10	Transportes	45 000,00	8 500,00	53 500,00	0,00	53 500,00	23 642,34	44,19%
02.02.11	Representação dos serviços	3 000,00	2 200,00	5 200,00	0,00	5 200,00	3 106,97	59,75%
02.02.13	Deslocações e estadas	400 000,00	-16 400,00	383 600,00	0,00	383 600,00	210 727,52	54,93%
02.02.14 A0	Serviços de natureza informática	7 350,00	-4 000,00	3 350,00	0,00	3 350,00	0,00	0,00%
02.02.14 D0	Outros	0,00	5 000,00	5 000,00	0,00	5 000,00	3 750,00	75,00%
02.02.15 A0	Formação - Tecnologias da informação e	15 000,00	9 170,00	24 170,00	0,00	24 170,00	12 843,08	53,14%
02.02.15 B0	Formação - Outras	40 000,00	2 100,00	42 100,00	0,00	42 100,00	20 210,95	48,01%
02.02.17 A	Publicidade - Publicidade obrigatória	5 300,00	865,00	6 165,00	0,00	6 165,00	4 498,84	72,97%
02.02.18	Vigilância e segurança	115 200,00	10 764,00	125 964,00	0,00	125 964,00	89 802,65	71,29%
02.02.19 C0	Assistência técnica - Outros	150 000,00	-95 324,00	54 676,00	0,00	54 676,00	5 903,84	10,80%
02.02.20 A0 A0	Outros trab. espec. - Serv. de Nat. Infor	55 800,00	10 303,00	66 103,00	0,00	66 103,00	43 376,56	65,62%
02.02.20 A0 C0	Outros trab. espec. - Serv. de Nat. Infor	0,00	11 350,00	11 350,00	0,00	11 350,00	41 205,11	361,76%
02.02.20 B0	Pagamentos à ESPAP	35 000,00	0,00	35 000,00	0,00	35 000,00	22 386,00	63,96%
02.02.20 E0	Outros trabalhos especializados - Outor							